



Texto apresentado pelo grupo “Problematizações da formação em psicanálise” na

TARDE POLÊMICA:

“EM PAUTA: FORMAÇÃO ANALÍTICA”

Realizada em 11/08/2017 no EBEP – Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos.

Este texto é o resultado parcial do trabalho desenvolvido pelo grupo e que está sendo aprofundado, particularmente no que diz respeito às relações de poder na experiência analítica.

- **História da fundação do EBEP**

O Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos foi fundado em 2000, em um momento de intensificação do debate ético-político no seio do(s) movimento(s) psicanalítico(s). É fruto de uma articulação entre psicanalistas brasileiros e o movimento que na França criou o *Collège d’Espace Analytique*, como uma rede internacional de grupos de trabalho que se propõe a funcionar de forma horizontal e pluralista.

O princípio de maior importância na fundação do EBEP e que se configurou como um ato ético-político no campo da psicanálise foi o de não oferecer uma formação de psicanalistas nos moldes clássicos. Este ato implicou em uma tomada de posição de todos aqueles que apoiaram a iniciativa, de se desligarem de qualquer instituição de formação a que estivessem vinculados enquanto membros. Esta exigência passou a constar dos estatutos do EBEP em sua fundação e se manteve nos primeiros anos, tendo sido retirada posteriormente em uma Assembleia que aprovou a revisão do Estatuto. Essa revisão passou por uma comissão que elaborou a proposta, discutida em uma Jornada Interna. O principal argumento a favor da suspensão dessa exigência foi a de que ela se tornara desnecessária, face à consolidação da organização e funcionamento da rede de grupos de trabalho do EBEP que fazia, na prática, a diferença com os institutos de formação.

Os grupos de trabalho encarnavam a efetivação dos princípios de horizontalidade e pluralismo e criticavam as relações de poder e submissão instituídas na organização e funcionamento tanto nos institutos vinculados à IPA, como nas “Escolas” do campo lacaniano. Os efeitos da hierarquia nessas instituições, como expressava Joel Birman em

uma entrevista à Revista *Percurso*, em 2002, “produziam ‘pactos masoquistas’ de servidão a um líder. No caso da IPA, aos analistas didatas, entre os lacanianos, aos mestres”.

Essa crítica se estendia ao empobrecimento da produção teórica e clínica das grandes instituições que, pelos processos maciços de formação, com programas pré-formatados e a vinculação entre o ensino e a análise “didática”, implantavam práticas meramente repetidoras e normalizadoras, afastando-se das exigências de pensar os novos problemas colocados pela clínica, em ressonância aos riscos e desafios do campo social. Assim, ao invés de se constituírem como espaços de troca entre os analistas, acolhendo suas inquietações e favorecendo sua criatividade e ousadia, essas instituições acabavam por favorecer relações transferenciais de servidão gerando “discípulos obedientes e estéreis”. Criticava-se, ao mesmo tempo, a formação baseada na aprendizagem de autores – e suas doutrinas – e não organizada em torno de temas ou problemas clínicos, teóricos, ou ligados a problemáticas no campo da cultura, para os quais se possa fazer confluir diferentes autores. (Joel Birman, entrevista à *Percurso*, citada).

Os grupos de trabalho do EBEP, como consta em nossa apresentação no *site* www.ebep.org.br, são o fundamento básico sobre o qual se organiza a instituição e constituem-se em espaços de liberdade e responsabilidade que expressam seu compromisso com as questões nascidas das práticas psicanalíticas, enfatizando suas relações com a realidade brasileira. Estes grupos se constituem a partir de um tema proposto por pelo menos três membros e são autônomos para elaborar seus modos de funcionamento e programas

Os primeiros grupos de trabalho que se organizaram no EBEP-Rio já consubstanciavam este compromisso com as questões mais atuais da psicanálise que exigiam o trabalho de pensamento e a interlocução no campo psicanalítico, na fronteira com outros saberes. São exemplos, os grupos “Feminilidades”, “Formas de subjetivação”, “ Interseções da psicanálise”; “O Movimento Psicanalítico e a Transmissão da Psicanálise”; “Estética e Psicanálise”. Alguns desses grupos deram origem a publicações: *Feminilidades*, *Novas Formas de Subjetivação*. Outras publicações foram fruto da produção coletiva nas Jornadas anuais: *Transgressões*, *Soberanias*. Após alguns anos de funcionamento alguns desses primeiros grupos se encerraram e constituíram-se outros, movidos pelo desejo de seus propositores e integrantes,

Há cerca de quatro anos, por iniciativa do Grupo de Clínica e Micropolítica, criou-se um espaço coletivo interno à instituição e aberto a todos os membros, as *Rodas de Conversa*

sobre à Clínica, nas quais um proponente apresenta uma questão extraída de sua clínica, a qual é compartilhada e enriquecida pela participação de todos os presentes. Mais recentemente, nos últimos dois anos, foram criados dois grupos cujas propostas têm repercussão direta no funcionamento da instituição. O primeiro, voltado para “Discussões Clínicas”, constituiu-se a partir do início do atendimento psicanalítico por membros do EBEP, como um espaço de acompanhamento e estudo das questões oriundas dos atendimentos. O segundo grupo, “Problematizações da Formação Psicanalítica” é responsável pela elaboração das questões trazidas para essa Tarde Polêmica, que também deverão ser objeto de uma Jornada Interna neste segundo semestre.

Logo após à fundação do EBEP no Rio de Janeiro, alguns profissionais de outras regiões do Rio e de outros Estados se filiaram a instituição e interessaram-se em formar Grupos de Trabalho locais. Assim, estendeu-se a rede EBEP às cidades de São Paulo, Juiz de Fora e Porto Alegre (e, proximamente, à Belo Horizonte).

- **Razões para retomar a discussão dos princípios fundadores**

A tomada de posição contra a tutela e a normatização institucional dos processos de formação psicanalítica se mantém como um princípio constituinte do EBEP. É esse princípio que fundamenta e viabiliza a horizontalidade como modo de funcionamento.

O fato de não oferecermos um “programa de formação” não nos isenta de pensarmos os processos singulares de formação de um/a psicanalista. Que espaços de interlocução podem ser oferecidos àqueles que iniciam seu percurso na psicanálise para a discussão de problemas relacionados à formação? Como os grupos de trabalho participam da formação daqueles que não se vincularam a nenhuma instituição de formação psicanalítica?

Que questões definem hoje o EBEP, do ponto de vista político, no campo da psicanálise? Que contribuições teóricas e clínicas têm trazido? Quais os movimentos desejantes que se apresentam hoje, mobilizando iniciativas instituintes no espaço institucional?

- **A problematização instituído/instituinte e a questão ética**

A problematização do instituído em nosso estatuto e a escuta do movimento instituinte deve ser permanente. Uma instituição que se quer movida pelo desejo precisa analisar

constantemente seus princípios fundadores e seus movimentos desejantes. Além disso, para a reafirmação e transmissão do sentido desse ato político fundador aos mais novos é necessário revisitar aquilo que foi instituído como interdito fundante e o porquê dessa decisão, fazendo dessa transmissão algo vivo.

O senso comum psicanalítico sustenta que a formação de um analista deve seguir o já clássico tripé: análise pessoal, estudo teórico e supervisão. Não discordamos dessas linhas gerais, mas é de fundamental importância o modo como esses processos se instalam, a forma como interagem e o grau de liberdade das escolhas singulares.

Entendemos que, no campo psicanalítico, clínica, teoria e transmissão da psicanálise devem funcionar de modo orgânico e indissociável, cada processo realimentando os demais. Qualquer organização institucional, previamente estruturada em uma hierarquia, que imponha uma disciplina formadora a esse percurso resulta em rompimentos de vínculos entre análise pessoal, teoria e clínica que julgamos fundamentais na construção desse caminho.

Acreditamos que o processo de formação de um analista apoia-se fundamentalmente no movimento pulsional e na transferência. Afirmamos, então, a centralidade da análise pessoal do sujeito como fio condutor de todo o processo, já que expressa o seu movimento desejante. A assunção da responsabilidade por escolhas (do analista, do percurso teórico e de algum modo de supervisão individual ou coletiva) é parte crucial da formação e convoca o sujeito a trilhar um caminho próprio.

É possível, já nos textos iniciais de Freud, encontrar subsídios para melhor delimitar o que se nomeia como experiência psicanalítica e precisar o que se considera ser seu eixo ético. Assim é no Projeto, quando Freud supõe, calcado na sua experiência clínica, a inexistência no bebê de um aparelho psíquico capaz de responder satisfatoriamente às demandas quantitativas que afluem das mais diversas direções e quando destaca como fundamental a ajuda alheia para que novas vias de escoamento possam ser estabelecidas e a experiência de apaziguamento possa se realizar. De acordo com este entendimento teríamos como eixos de sustentação e construção do psiquismo, em polos opostos, a precariedade de um aparelho, sua incompetência no processamento das intensidades e a existência ou inexistência de um outro capaz de ser suporte para a realização destas demandas.

Neste fragmento, que se completa com a afirmação de que “o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais”, Freud fornece a base

sobre a qual se alargará e se afirmará sua prática terapêutica e sua compreensão do psiquismo.

Podemos destacar neste modelo de constituição do psiquismo, o movimento pulsional com sua exigência de satisfação, o outro enquanto intérprete desta demanda, objeto ocasional e privilegiado de investimento e como resultado deste confronto de forças o surgimento de subjetividades marcadas pela diferença e pela singularidade.

As discussões entre os participantes do grupo deixaram aparecer diferentes enfoques sobre a concepção da experiência analítica. No entanto, a despeito das diversas abordagens sobre a construção do espaço analítico, houve uma confluência em afirmar-se que o solo da experiência reside na busca das condições que propiciem a emergência do infantil, observando que o infantil não é a infância, mas as marcas da experiência que se mantêm presentes no sujeito a partir de seu desamparo originário.

A demanda transferencial resultante da exigência pulsional e do sentimento de desamparo que esta deflagra institui o analista como suposto saber para através deste colocar em movimento o aparelho psíquico, fazer deslizar o que ficou petrificado, possibilitar a fantasmática e abrir espaço para a inventividade e a criação.

Se pensamos a ética como nos indica Deleuze enquanto "... um conjunto de regras facultativas que avaliam o que fazemos, o que dizemos, em função de um modo de existência que isto implica" e utilizamos sua definição para pensar o fazer psicanalítico ético na clínica, nas instituições, na transmissão do seu saber, podemos concluir que a ética da psicanálise está implícita em seus princípios básicos. Nestes termos, podemos pensar que se faz necessário não perder de vista que nos processos de subjetivação "o Outro é posto e suposto" como hipótese necessária para impedir a "hemorragia contínua das forças pulsionais", possibilitar o processo de metaforização destas forças e consequentemente, propiciar a emergência de subjetividades singulares e desejanças. Assim, na contramão deste processo próprio de subjetivação, o analista e a instituição psicanalítica que se enrijecem enquanto portadores de uma palavra homogeneizante, totalizadora, induzem "uma pura transferência mimética conducente à impostura" virando pelo avesso a ética da psicanálise.

Podemos afirmar que existe de fato - e de direito - uma dissimetria na relação analisante-analista e que, na transferência, o poder da palavra do analista tem efeitos de atração e "temor", que Freud chegou a aproximar da palavra encantatória dos antigos xamãs. Em consequência, o cuidado ético exige que o "uso de um objeto" tal como

definiu Winnicott, seja uma possibilidade do lado do analisante, a favor de sua potência desejante e não esteja do lado de um possível uso do analisante pelo analista.

Nestes termos, se faz necessário, recuperar e evidenciar os estreitos elos que unem a clínica, a teoria, a transmissão psicanalítica e o movimento institucional destacando o funcionamento orgânico próprio do fazer psicanalítico, posto que, o que constatamos frequentemente, é o quanto na transmissão da psicanálise e na sua institucionalização estes laços essenciais se afrouxam, se esgarçam, gerando uma dissociação entre a clínica e a teoria que passam a funcionar como processos paralelos. Paralelismo que autoriza as instituições psicanalíticas a velar pelo arcabouço teórico e clínico da psicanálise enquanto autênticas reduplicadoras do saber estabelecido, e a propor, nestes termos, aos recém-chegados à psicanálise, predominantemente, uma retificação pedagógica, uma correção de curso, um enquadramento em normas previamente estabelecidas que priorizam a homogeneização do grupo em detrimento das singularidades.

- **Um destino tão funesto**

A partir desse entendimento da centralidade da experiência analítica no processo de formação e das vicissitudes inerentes à transferência, o grupo trabalhou o livro de François Roustang, *Um destino tão funesto*, cujo tema principal é a análise da repetição da situação transferencial conflituosa nas relações de Freud com seus colaboradores.

Na ligação dos discípulos próximos, tais como Jung, Rank, Ferenczi, Tausk e Groddeck com a pessoa de Freud, há sempre um pedido de reconhecimento privilegiado, um ciúme para com os outros e disputas pela sucessão e pela herança da psicanálise. Roustang se interroga como pode acontecer de Freud ficar cego diante dessa situação transferencial. Como não percebeu que aqueles que ele gostava de chamar seus colegas, sustentavam para com ele uma verdadeira paixão amorosa, cujas consequências eram previsíveis, inelutáveis?

Essa paixão amorosa por Freud é completamente escancarada em Groddeck. Na formulação da ideia do Isso, numa figuração arcaica, a mãe aparecia como figura aprisionadora que quer manter a criança dependente e sob a égide de seu próprio desejo. Segundo Roustang, enquanto criava a noção do Isso, Groddeck se colocava no lugar dessa mãe. Porém, tudo muda quando ele busca a aprovação de Freud e, colocando-o nesse lugar da mãe, passa a se sentir manipulado por Freud.

No caso da relação com Ferenczi, Roustang mostra a questão da contratransferência ativa de Freud como uma complicação a mais. Freud, na relação estreita que tinha com Ferenczi, recorre a este para liquidar a sua própria transferência para com Fliess fazendo com que Ferenczi tivesse um papel que não pode suportar, porque lhe era pedido tudo ouvir do mestre, numa inversão da relação analista/analizando.

Apesar de Freud haver trabalhado detalhadamente, em “Psicologia das massas e análise do eu”, grupamentos como a Igreja e o Exército, não percebe a mesma estrutura na constituição da sociedade de psicanálise que acaba de fundar, cujos pressupostos implícitos eram a fidelidade ao fundador, a obrigação para com um só chefe, a unidade de doutrina e a rejeição dos dissidentes e onde opera a identificação ao chefe tomado como objeto de amor, ocupando para cada um o lugar do ideal do ego.

Constatamos, então, que tudo gira em torno da transferência e das relações de poder a ela inerentes. Os impasses são consequências das transferências não analisadas, com a busca de manutenção do objeto de amor, a recusa da castração e a impossibilidade de se separar de Freud. Nesse sentido, Roustang mostra que os lacanianos resolveram a sua transferência com Freud, porque Lacan fez o retorno a Freud, no entanto, a transferência com Lacan permanece intocada, na medida em que a palavra de Lacan é sinônimo de verdade.

Roustang afirma que é mediante a liquidação da transferência que o analisando vai singularizar-se e inventar-se, ao mesmo tempo em que destaca as dificuldades da liquidação da transferência, sempre tão problemática e imprevisível quanto a criação. Ou seja, um analista, a despeito de haver considerado findo um processo de análise pessoal, deveria estar sempre disponível para se implicar num processo transferencial com um outro, com um pensamento, com uma teoria ou discurso para, simultaneamente, numa exigência de trabalho, analisar essa influência e produzir a invenção singular na qual afirma algo próprio. Será analisando-se e trabalhando em torno de suas transferências, sejam elas em relação a pessoas, grupos, teorias, etc. que poderá sustentar a sua posição de analista e não ocupar o lugar daquele que sabe, mas sim o do suposto saber.

A história da comunidade analítica nos mostra que as situações de submissão e de exercício perverso do poder apontam para as imensas dificuldades na liquidação das transferências, que emergem insistentemente nas relações interpessoais e entre grupos. Roustang mostra que, na relação de Freud com cada um dos discípulos não foi

diferente, foi o atrito advindo das invenções autônomas e não autorizadas de seus discípulos que gerou o afastamento e, em alguns casos, a destruição subjetiva do sujeito. Para exemplificar a força presente na transferência lembramos as palavras de Groddeck à Freud: “O senhor é Freud e, como tal, faria talvez melhor se julgasse com indulgência as loucuras dos seus adoradores. Da mesma forma que seu reconhecimento vivifica, sua censura mata.”

Esses discípulos cujas ideias ocupavam as bordas do saber psicanalítico incomodavam Freud pela íntima relação dessas novas ideias com as suas próprias ideias ainda não desenvolvidas. Tanto que Roustang mostra, por exemplo, que do conflito com Jung, nasce *Totem e tabu* e *Contribuição à história do movimento psicanalítico*; do conflito com Ferenczi, *Análise terminável e interminável*; do conflito com as ideias de Groddeck e seu conceito de Isso, nasce *O ego e o id*.

A tensão inevitável de trilhar esse caminho, analisando suas transferências e buscando uma voz própria no seu fazer apontam para um trabalho interminável na vida de um analista. Alguns afirmam a produtividade da sustentação de uma errância nesse percurso e também a positividade de ocupar a “margem”, experimentando um lugar fora da norma, não só no que seria um percurso de formação, mas também num sentido mais amplo e inseparável da clínica, ou seja, nas experiências mais variadas de sua vida.

- **A urgência de fazer diferente – horizontalidade e errância**

O funcionamento horizontal do EBEP, de certo modo, permite e até convoca a essa errância dentro da instituição. Como os grupos de trabalho se constituem apenas em torno do desejo de três ou mais pessoas em trabalhar um tema, os grupos funcionam enquanto esse desejo existir e, por isso, podemos dizer que oscilam ao sabor desse desejo, sem qualquer obrigatoriedade de permanência e sem qualquer coordenação centralizada. Portanto, há uma errância institucional em torno das temáticas/agrupamentos dos membros que funciona como um exercício analítico e aquele que não tem um percurso analítico “errante” acaba não suportando essa liberdade e a ausência de controle e hierarquia. Entendemos a palavra errante no sentido da indeterminação radical do percurso, o que exclui, por exemplo, uma análise didática que tem no horizonte um desejo de autorização.

Destacamos que dentro de uma instituição horizontal, assim como em qualquer espaço, operam transferências e relações de poder. Essas forças, não estando submetidas a uma grade hierárquica exigem muito trabalho dos membros: um exercício constante de

autonomia e cuidado de si na relação com os outros e no convívio institucional. Esse exercício constante se realiza na tensão existente entre a errância necessária para permitir os caminhos singulares e a necessidade de construção de espaços coletivos onde os percursos são problematizados, reconhecidos, contestados e o pensamento exposto ao outro e à diferença. Nesse sentido, a experiência desse grupo de trabalho tem sido um exercício constante num espaço em que somos confrontados com diferentes entendimentos da experiência analítica, produzindo em nós uma exigência de trabalho para lidar produtivamente com essas diferenças.

O funcionamento horizontal é fundamental para, por um lado, sustentar que a formação é um processo subjetivo singular no qual a instituição não deve se imiscuir. Por outro, sendo a formação um processo sempre em movimento, os grupos de trabalho do EBEP constituem um local privilegiado onde podemos nos manter em formação e trocar experiências com nossos colegas. No entanto, essa formação permanente não se restringe à experiência nesses grupos, estendendo-se a inúmeros espaços e pessoas, dentro e fora do campo psicanalítico estrito.

- **O EBEP – a afirmação do indeterminado, a abdicação do controle e a sustentação das diferenças no coletivo.**

O EBEP, na sua proposta horizontal e sem formação institucional, ocupa, de certo modo, um lugar de margem no campo psicanalítico. A afirmação da indeterminação, a problematização das relações de poder e a renúncia ao exercício controlador sobre o outro faz com que surjam diversas interrogações no campo psicanalítico. Como as coisas funcionam no EBEP? Qualquer um pode ser analista? O EBEP cauciona alguém como analista ao admiti-lo entre os membros? Se a gente quiser entrar no EBEP, deve-se fazer antes a formação em outro lugar?

Nossa interpretação dessa situação é que a busca de controle de qualidade na produção de analistas mediante as exigências da análise didática, das supervisões institucionais e do ensino submetido à uma grade escolar, visam uma garantia que desresponsabiliza os analistas pela elaboração de seu desejo. Trata-se de uma recusa, por parte dos próprios psicanalistas, das conquistas adquiridas pelo pensamento psicanalítico. A psicanálise demarca um novo lugar para o sujeito, regulado pelo desejo e pelo descentramento, numa crítica ao sujeito da ciência construído na modernidade, autocentrado nos registros do eu e da consciência. Assim, não é possível sustentar um percurso de formação orientado pelos movimentos pulsionais, pelo desejo, e pela transferência, com

toda a radicalidade que isso implica e, simultaneamente, sustentar um controle normativo hierárquico onde se retira do sujeito a responsabilidade por seu próprio desejo e por suas escolhas éticas.

Em relação a essa impossibilidade que a história do movimento psicanalítico exhibe fartamente, seria imperiosa a desconstrução de hierarquias e poderes institucionalmente assegurados para realmente ocorrer a transmissão da psicanálise. No entanto, fazendo uma alusão à análise do mecanismo de recusa, brilhantemente apresentada no trabalho de Octave Mannoni, parece-nos que o campo psicanalítico responde: “Eu sei, mas mesmo assim”. Então, há uma tentativa de circunscrever o EBEP como uma sociedade que abriu mão de pensar e atuar em termos clínicos, eximindo-se de se posicionar em relação ao modo como se formam analistas, constituindo-se apenas como local de estudo e discussão.

Com a retomada dessa discussão, nosso grupo deseja afirmar o contrário, para nós este debate é crucial, pensamos na experiência de análise pessoal como o locus privilegiado para a transmissão da psicanálise, sendo essa experiência indissociável dos registros teórico e clínico. Temos formas próprias de pensar a formação como algo vivo e que nos mantém deliberadamente na abertura para o novo, na indeterminação e no movimento pulsional interminável.

Grupo de trabalho – Problematizações da Formação em Psicanálise – EBEP/Rio

Componentes:

Beth Mourão

Cristina Louro

Eduardo Medeiros

Julio Bandeira de Mello

Leila Ripoll

Marielena Legey

Paula Gaudenzi

Priscila Magalhães

Vilma Rangel